

PÓS-EDITAL



# SIMULADÃO

# TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO

PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO





Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 4.

### A primavera chegou

Há um conto escandinavo, escrito por não sei quem há muitas primaveras, em que o mordomo se curva respeitosamente e anuncia à senhora condessa:

– Com a vossa permissão, a primavera chegou.

– Diga-lhe que seja bem-vinda e pode permanecer três meses em minhas terras.

Então vem o primeiro domingo da primavera. E havia um velho mendigo que tinha uma perna de pau. Suspeitava-se que em sua mocidade houvesse sido um terrível pirata; de qualquer maneira era agora apenas um velho mendigo que pedia esmola todo domingo na porta da igreja. E havia uma rica velhinha que todo domingo dava ao mendigo uma grande moeda de cobre. Naquele domingo, entretanto, por ser o primeiro da primavera, deu-lhe uma grande moeda de ouro. O mendigo sorriu e pediu licença para lhe oferecer uma bela rosa.

– Que rosa tão bela, mendigo. Onde a colheu?

– Nasceu em minha perna de pau, senhora.

Guardei apenas isso do conto escandinavo que li há muitos anos. Lembro-me ainda vagamente de um casal de namorados que sai pelo campo – e a primavera é tão linda que eles esquecem, e voltam mil anos depois, ainda primaveris, em outra primavera...

Mas isso era na Escandinávia, em um daqueles países louros e frios. No Rio será que existe primavera? Proponho que ela exista; apenas o homem distraído não a vê chegar, nem a sente; nossa primavera é sutil e para entrar na cidade não pede licença ao Prefeito.

É claro que falta à nossa gente um pouco de imaginação para sentir, para viver a primavera. Essa gente que espera condução em longas, tediosas filas – por que não aproveita o tempo da espera para fazer rodas e cantar? Imagino a cidade sob esse delírio primaveril; os bondes criariam asas, guiados por condutores de grandes bigodes líricos, e esvoaçariam no céu azul; na Gávea os cavalos ficariam brincando de carrossel e as senhoras e cavalheiros correriam felizes pela pista com flores nos dentes. No cinema, Gina Lolobrigida sairia da tela e viria sentar na poltrona ao meu lado:

– Sim, é bem verdade que me amas? Ouvi o teu suspiro; vi, na penumbra, teus olhos que brilhavam. Quero ficar junto de ti. Io te voglio tanto bene!

Eu me assustaria, mostraria meus papéis, dizendo que devia haver algum engano, eu não era nenhum artista de cinema, não era nem mesmo o Aloísio Sales, era apenas um espectador, o pobre do Braga, obscuro trecho da realidade brasileira...

Mas ela recitaria:

“Comigo fica ou leva-me contigo

Dos mares à amplidão”.

Iríamos para a amplidão dos mares. E na volta tomaríamos grandes, imortais, chuvaradas. Pois na primavera (faça o que quiser a Inspecção de Águas) na primavera todos teremos água, pois nascerão fontes líricas no metal das torneiras e de nossas banheiras saltarão peixes voadores que se porão a cantar como verdadeiros gaturamos e nós todos seremos acqualoucos de felicidade. Primavera!

BRAGA, R. A primavera chegou. Manchete, Rio de Janeiro, 1953. Disponível em <<http://cronicabrasileira.org.br/cronicas/13047/a-primavera-chegou>>.

### QUESTÃO 1

O tempo composto “houvesse sido”, que ocorre em “Suspeitava-se que em sua mocidade houvesse sido um terrível pirata”, combina formas verbais que correspondem, respectivamente, aos tempos:

- A) presente do subjuntivo e particípio.
- B) pretérito imperfeito do subjuntivo e particípio.
- C) pretérito imperfeito do indicativo e particípio.
- D) pretérito perfeito do indicativo e particípio.

### QUESTÃO 2

Avalie as afirmações a seguir, com base no texto, e assinale a alternativa que as classifica corretamente como verdadeiras (V) ou falsas (F), considerando-se especialmente a concepção do narrador.

- I. A chegada da primavera só acontece de fato após a permissão das autoridades locais.
- II. A primavera é a única estação do ano que não é valorizada no Rio de Janeiro.
- III. Sem a devida atenção, não é possível enxergar a chegada da primavera.
- IV. Os povos escandinavos não estimam a primavera tanto quanto os brasileiros o fazem.
- V. A imaginação é um recurso necessário para se perceber o encantamento da primavera.

- A) (F); (V); (V); (F); (V).
- B) (F); (F); (V); (F); (V).
- C) (V); (F); (V); (V); (F).
- D) (V); (V); (F); (V); (F).

### QUESTÃO 3

Nas sentenças a seguir, retiradas do texto, ocorrem diferentes tipos de pronomes:

- I. “Quero ficar junto de ti”
- II. “Essa gente que espera condução em longas, tediosas filas”
- III. “Lembro-me ainda vagamente de um casal de namorados que sai pelo campo”

São pronomes que pertencem a uma mesma categoria apenas:

- A) essa; que.
- B) essa; me.
- C) ti; me.
- D) ti; que.

### QUESTÃO 4

O verbo “haver” em “Guardei apenas isso do conto escandinavo que li há muitos anos” é empregado com o mesmo sentido que em:

- A) Não visitava a sua avó há cerca de três meses.
- B) Que mal há nisso?
- C) A menina há de se contentar com o presente que ganhou.
- D) Neste caso, há de se levar em conta que ambos têm culpa.

### QUESTÃO 5

Dentre as palavras a seguir, a única que admite a flexão de gênero e que pode, portanto, receber o morfema de gênero masculino (-o) em sua terminação é:

- A) carisma.
- B) façanha.
- C) fétida.
- D) matrona.

### QUESTÃO 6

O pronome oblíquo é objeto indireto apenas em:

- A) A menina o forçou a contar a verdade aos pais.
- B) Contou-lhe todos os detalhes da viagem.
- C) Convido-os todo ano para o meu aniversário.
- D) Vou visitá-la no próximo fim de semana.

### QUESTÃO 7

A acentuação gráfica está INCORRETA apenas em:

- A) A menina ficou órfã ainda na infância.
- B) É um privilégio poder trabalhar com ele.
- C) A saída do voo será durante a madrugada.
- D) As jibóias atacaram o cachorro.

### QUESTÃO 8

Em relação ao emprego dos pronomes "eu" e "mim", está correta apenas a sentença:

- A) Ela pediu para mim fazer todas as suas obrigações.
- B) Esse assunto deve ser tratado apenas entre eu e ela.
- C) Não sei se isso é tão importante para mim quanto é para ele.
- D) Essa história não interessa a ele e nem a eu.

### QUESTÃO 9

As sentenças a seguir apresentam casos de inadequação no emprego do acento indicativo de crase:

- I. Enviei cartas à todas as minhas amigas.
- II. Desejo o melhor à esta garota.
- III. Acesso à cada um dos sites para checar as informações. Pode-se dizer que a regra geral por trás da incorreção em todas as sentenças dadas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, é:
  - A) Não ocorre crase diante de verbos no infinitivo.
  - B) Não ocorre crase diante de palavras no gênero masculino.
  - C) Não ocorre crase em locuções formadas com a repetição de uma mesma palavra.
  - D) Não ocorre crase diante de pronomes que rejeitam o artigo, como certos pronomes indefinidos e demonstrativos.

### QUESTÃO 10

O emprego da vírgula está INCORRETO apenas em:

- A) Ela, que não gostava do rapaz, casou-se mesmo assim.
- B) A mãe perguntou, à professora, a data das provas do filho.
- C) As árvores, floridas e cheias de vida, enfeitavam a rua.
- D) O rapaz trabalha de manhã e a moça, à tarde.



### QUESTÃO 11

Um cientista está observando o comportamento de três sinais luminosos, chamados de A, B e C, que ligam e desligam periodicamente:

- O sinal A passa 15 segundos ligado e 15 segundos desligado.
  - O sinal B passa 45 segundos ligado e 15 segundos desligado.
  - O sinal C passa 30 segundos ligado e 10 segundos desligado.
- Suponha que, em um dado instante, os três sinais estavam desligados e ligaram-se todos juntos. Em quanto tempo, após este instante, este mesmo evento acontecerá novamente?

- A) 90 s.
- B) 120 s.
- C) 85 s.
- D) 60 s.

### QUESTÃO 12

Quatro primas – Ana, Bianca, Carla e Duda – ganharão 4 brinquedos: bola, boneca, bicicleta e bambolê, não necessariamente nessa ordem.

Sabe-se que:

- Ana quer a bola ou a boneca;
- Bianca quer a bola;
- Carla não quer a boneca;
- Duda quer a boneca ou o bambolê.

Para atender às preferências das primas, Ana, Bianca, Carla e Duda devem ganhar, respectivamente:

- A) Boneca, bola, bambolê, bicicleta.
- B) Bicicleta, bola, boneca, bambolê.
- C) Bola, boneca, bicicleta, bambolê.
- D) Boneca, bola, bicicleta, bambolê.

### QUESTÃO 13

Um professor aplicou uma prova com duas questões, onde cada uma era de múltipla escolha com uma única alternativa correta. Sabe-se que 50% dos estudantes acertaram a primeira questão, 30% dos estudantes acertaram a segunda questão, e 30% dos estudantes não acertaram nenhuma das duas.

Quantos por cento dos estudantes acertaram ambas as questões?

- A) 15%.
- B) 10%.
- C) 20%.
- D) 30%.

### QUESTÃO 14

Em uma turma com 40 alunos, a professora aplicou um questionário em que cada estudante respondeu quantos celulares havia em sua casa. Cada aluno deu apenas uma resposta.

Os resultados foram os seguintes:

- 6 alunos disseram que havia apenas 1 celular em casa.
- 18 alunos disseram que havia 2 celulares.
- 10 alunos disseram que havia 3 celulares.
- 6 alunos disseram que havia 4 celulares.
- Nenhum aluno declarou ter 5 ou mais celulares em casa.

Considerando que cada aluno respondeu com um único número inteiro de celulares, e que um aluno será escolhido ao acaso, assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de que, na casa dele, haja um número par de celulares.

- A) 45%
- B) 50%
- C) 55%
- D) 60%

### QUESTÃO 15

Durante o recreio, 16 crianças foram até um pipoqueiro que oferecia pipoca doce e salgada. Cada criança escolheu pelo menos um dos dois tipos. Sabe-se que 9 delas não escolheram pipoca salgada e que 4 não escolheram pipoca doce.

Assinale a alternativa que apresenta o número de crianças que escolheram os dois tipos de pipoca.

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4



### QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal, são direitos do administrado, EXCETO

- A) ter facilitado o exercício de seus direitos, bem como ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores.
- B) tomar ciência das decisões proferidas a seu respeito, bem como ter vista dos autos e obter cópias de documentos a seu respeito.
- C) ter o direito de petição, incluindo a possibilidade de alegar e juntar documentação antes que o órgão competente profira decisões a seu respeito.
- D) não agir de modo temerário.

### QUESTÃO 17

Um servidor efetivo responde a processo administrativo disciplinar (PAD) por suposta conduta incompatível com suas funções. Ao longo do processo, ele não foi intimado para apresentar defesa prévia nem teve acesso aos documentos que embasaram o relatório da comissão. A autoridade instauradora considerou que, por se tratar de caso simples, bastava o depoimento de uma testemunha.

Com base nas regras que regem o processo administrativo e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- A) Houve violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, que são obrigatórios em qualquer processo administrativo que possa resultar em sanção.
- B) A ausência de intimação do servidor é irrelevante se a comissão entendeu que havia provas suficientes para a punição.
- C) A Administração pode dispensar a defesa prévia nos casos em que os fatos imputados forem de conhecimento notório ou tenham sido testemunhados por autoridade superior.
- D) A ampla defesa é princípio exclusivo do processo judicial, não se aplicando ao processo administrativo disciplinar.

### QUESTÃO 18

Quanto à Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta.

- A) A competência é, em regra, renunciável e exerce-se pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- B) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.
- C) Pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- D) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.

### QUESTÃO 19

Rodolfo, antigo proprietário do imóvel X, desapropriado em 2017, com indenização, e, para a finalidade pública de construção de uma escola, soube que o município expropriante dispôs do imóvel para outra finalidade, qual seja, a construção de uma quadra poliesportiva, e, por isso, tentou reaver o imóvel. Dada essa situação hipotética, é correto afirmar que Rodolfo

- A) poderá obter a retrocessão do imóvel.
- B) poderá reaver o imóvel, pois houve tredestinação ilícita.
- C) poderá reaver o imóvel, pois houve desapropriação indireta.
- D) não poderá reaver o imóvel, pois houve tredestinação lícita.

### QUESTÃO 20

Assinale a opção que apresenta atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

- A) Ato da administração do município
- B) Poder de polícia do município
- C) Instrumento de políticas urbanas do município
- D) Plano diretor do município

### QUESTÃO 21

Decorrente do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, surge para proteger os interesses da sociedade por meio do estabelecimento de restrições à liberdade e à propriedade dos indivíduos e a atividade do Estado que consiste em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. O trecho refere-se ao poder

- A) funcional.
- B) regulamentar.
- C) autônomo.
- D) de polícia.

### QUESTÃO 22

Ao dispor sobre a Política Urbana, a Constituição Federal prevê alguns instrumentos que podem ser utilizados pelo Poder Público para forçar o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado a cumprir com a função social do bem. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- A) O Poder Público municipal poderá instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo independentemente do parcelamento ou edificação compulsórios.
- B) A desapropriação do imóvel urbano que não cumpre com sua função social será feita mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até vinte anos.
- C) O parcelamento ou edificação compulsórios poderão ser exigidos pelo Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, nos termos da lei federal.
- D) A desapropriação será feita com o pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros convencionais.



### QUESTÃO 23

De acordo com a Constituição Federal de 1988, precisamente art. 198, § 7º, o vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade:

- A) da União
- B) dos Estados
- C) dos Municípios
- D) das Secretarias de Saúde

### QUESTÃO 24

Conforme a Constituição Federal, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se inclui(em), dentre outros,

- A) as criações pseudocientíficas, artísticas e tecnológicas.
- B) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- C) os modos de criar, fazer, viver e locupletar.
- D) as formas de expressão sem transgressão ético-normativa.

### QUESTÃO 25

A Constituição Federal de 1988 estabelece as normas gerais sobre o Sistema Tributário Nacional, definindo espécies tributárias e competências dos entes federativos. Com base nas disposições constitucionais, analise as afirmações a seguir:

- I. Impostos, taxas e contribuições de melhoria são espécies de tributos previstos na Constituição.
- II. Cabe à União instituir impostos residuais, desde que não sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- III. A competência tributária pode ser delegada por meio de convênio entre os entes federativos.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I e II, apenas.

### QUESTÃO 26

Ana almejava iniciar uma atividade econômica inovadora, que possibilitava a personalização de serviços de arquitetura com o uso de um sofisticado *software*, que conjugava conceitos técnicos com os interesses do cliente. Ao analisar a lista de serviços reconhecida em lei do Município Alfa, onde exploraria sua atividade, constatou que essa atividade não estava ali inserida, quer a título de permissão, quer a título de restrição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- A) Ana pode explorar livremente sua atividade econômica em razão da ausência de restrição legal.
- B) Ana não pode explorar sua atividade enquanto não for suprida a lacuna existente na lei municipal.
- C) Ana deve requerer que Alfa supra a lacuna legislativa, a qual, não sendo suprida em trinta dias, não obstará a exploração da atividade.
- D) em razão da consagração da livre iniciativa, a atividade econômica não pode sofrer restrições legais, logo, não há óbice para a atividade de Ana.

### QUESTÃO 27

Acerca das disposições constitucionais sobre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), assinale a alternativa correta.

- A) Lei Orgânica rege os Estados e será votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados Estaduais
- B) O julgamento do Prefeito e do Governador sempre ocorrerá perante o Supremo Tribunal Federal
- C) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de 4 (quatro) anos, realizarse-á no primeiro domingo de outubro e a posse ocorrerá em 01 de fevereiro do ano subsequente
- D) Os Vereadores serão invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município

### QUESTÃO 28

Supondo-se que um determinado Estado da federação editou uma norma, fixando horários de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas em comércios da cidade dentro de seu território, é correto afirmar que

- A) por se tratar de assunto de interesse local, é competente o Município para fixar os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.
- B) se trata de competência exclusiva dos Estados legislar sobre a produção e o consumo, estando dentro dessa competência a fixação de horários de funcionamento dos estabelecimentos que fornecem produtos e serviços para o consumo em seu território.
- C) se trata de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre a produção e o consumo estando dentro dessa competência a fixação de horários de funcionamento dos estabelecimentos que fornecem produtos e serviços para o consumo em seu território.
- D) a competência é comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; porém, estes últimos apenas quando delegada pelos Estados, hipótese em que será competente o Município para fixar os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.



### QUESTÃO 29

A responsabilidade civil do guarda-vidas envolve o dever de agir com diligência e evitar danos a terceiros. Analise as afirmativas a seguir.

- I. A omissão no resgate de um banhista em perigo pode gerar responsabilização civil.
- II. O guarda-vidas responde apenas administrativamente perante seus superiores, sem implicações judiciais.
- III. A responsabilidade civil abrange tanto ações quanto omissões que causem prejuízos a terceiros.

Está correto o que se afirma em:

- A) II e III, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.

### QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que corresponde corretamente às regras definidas no Código Civil.

- A) A prescrição iniciada contra uma pessoa não correrá contra o seu sucessor.
- B) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- C) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- D) É ilícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.

### QUESTÃO 31

O pagamento putativo é aquele feito de boa-fé a quem parece, pelas circunstâncias do caso concreto, ser o credor, ainda que se prove posteriormente que não o era.

Para o direito civil, é considerado:

- A) existente, válido e eficaz;
- B) inexistente;
- C) existente, porém inválido;
- D) existente e válido, porém ineficaz;

### QUESTÃO 32

O Código Civil de 2002 é marcado pela operabilidade, isto é, pela preocupação em tornar as normas jurídicas operáveis na solução das relações jurídicas cotidianas. Por isso mesmo, estabelece uma série de presunções para os casos em que as partes se omitem acerca de questões relevantes dos negócios que ajustam. Nesse caso, à luz do Código Civil, se um acordo em audiência nada dispuser acerca do prazo ou do local do pagamento, é correto afirmar que:

- A) o pagamento será feito no domicílio do devedor e pode ser exigido imediatamente;
- B) o pagamento será feito no domicílio do credor e pode ser exigido imediatamente;
- C) o pagamento será feito no domicílio do devedor e poderá ser exigido apenas após sessenta dias;
- D) o pagamento será feito no domicílio do credor e poderá ser exigido apenas após noventa dias.

### QUESTÃO 33

Imagine uma disputa em torno de uma dívida de dez mil reais, na qual uma das partes pretenda a celebração do acordo para pagamento em parcelas ou, se isto não for aceito, a entrega de um bem mais valioso (um carro) em vez do dinheiro.

Suponha, ainda, que o negócio previa, originalmente, o pagamento à vista, sem a faculdade de substituição pelo carro.

Nesse caso, com base no Código Civil, é correto afirmar que:

- A) apenas o parcelamento depende da aceitação do credor;
- B) ambas as propostas (parcelamento e entrega de bem mais valioso) dependem da aceitação do credor;
- C) apenas a entrega de bem mais valioso depende da aceitação do credor;
- D) nenhuma das propostas (parcelamento e entrega de bem mais valioso) demanda a aceitação do credor, nem com relação ao número de parcelas e demais detalhes da entrega do carro.

#### QUESTÃO 34

Jacira decidiu comprar um aparelho celular seminovo de sua amiga Joana. Conversando com a amiga, Jacira explicou que seu celular anterior fora danificado depois de cair no fundo de uma piscina na semana anterior. Por essa razão, afirmou Jacira, ela apenas aceitaria comprar doravante modelos de celular que fossem completamente à prova d'água. Joana, por sua vez, tranquilizou a amiga, afirmando que o celular que estava vendendo para ela era totalmente impermeável. As duas, assim, fecharam negócio. Após pagar pelo aparelho e levá-lo para casa, Jacira mostrou o celular para seu filho, que, tão logo viu o objeto, explicou para a mãe que aquele modelo tinha apenas uma resistência leve à água, mas não era totalmente impermeável, fato amplamente noticiado em todas as campanhas publicitárias do produto. Indignada, Jacira procurou um advogado, solicitando-lhe que tomasse as medidas judiciais cabíveis contra Joana.

Sobre o negócio jurídico celebrado por Jacira e Joana, é correto afirmar que:

- A) não produziu nenhum efeito jurídico;
- B) pode vir a convalidar com o decurso do tempo;
- C) pode ter sua invalidade conhecida de ofício pelo juiz;
- D) não admite confirmação por qualquer das partes.

#### QUESTÃO 35

Jairo foi convidado a estudar em Paris por dois anos. Emprestou, então, seu apartamento, em Aracaju, a Helena, sob as seguintes condições:

1. se Helena o alugasse enquanto ele estivesse fora, deveria repassar-lhe 50% dos valores dos aluguéis;
2. as obras realizadas para conservação e manutenção do imóvel ficariam por conta de Helena; e
3. as obras de mero deleite, que tornassem o imóvel mais confortável, deveriam ser autorizadas por escrito por Jairo.

Nesse caso, as cláusulas referem-se, respectivamente, a:

- A) frutos; benfeitorias úteis; benfeitorias voluptuárias;
- B) produtos; benfeitorias necessárias; benfeitorias úteis;
- C) frutos; benfeitorias necessárias; benfeitorias voluptuárias;
- D) produtos; benfeitorias necessárias; acessões.



#### QUESTÃO 36

Landelina e Ursulino, respectivamente, conciliador e mediador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, debatiam sobre as funções exercidas no estímulo à solução consensual de conflitos.

Landelina afirmou que, enquanto conciliadora, sua atuação é preferencial para os casos em que não houver vínculo anterior entre as partes. Ursulino, por sua vez, indicou que conciliadores e mediadores devem observar o dever de sigilo, inerente às suas funções.

Sobre o caso citado, assinale a afirmativa correta.

- A) Landelina e Ursulino estão corretos em suas colocações.
- B) Landelina está correta, enquanto Ursulino está incorreto em sua colocação.
- C) Landelina e Ursulino estão incorretos em suas colocações.
- D) Landelina está incorreta, enquanto Ursulino está correto em suas colocações.

#### QUESTÃO 37

O Código de Processo Civil inovou ao disciplinar as figuras do conciliador e mediador. Tal providência se mostrou necessária a partir do momento em que há incentivo estatal ao uso de meios consensuais de solução de controvérsias, com vistas a conferir maior segurança jurídica à atuação de tais agentes.

Sobre o conciliador e o mediador, é correto afirmar que

- A) as partes poderão escolher de comum acordo o conciliador ou o mediador, desde que um ou outro estejam cadastrados no tribunal.
- B) o dever de sigilo não se aplica ao conciliador e ao mediador, que poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.
- C) o mediador não deve auxiliar os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, podendo apenas sugerir soluções para o litígio.
- D) o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, ao passo que o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.

#### QUESTÃO 38

José propôs uma ação em face de João, afirmando ser credor deste na quantia de cem mil reais, por força de um contrato de mútuo celebrado entre ambos. O réu confessou a existência do contrato, mas afirmou já ter quitado toda a obrigação estipulada. Analisando a hipótese fática apresentada, é correto afirmar que:

- A) incumbe ao autor a prova da existência de seu crédito afirmado no contrato de mútuo;
- B) incumbe ao autor a prova de que recebeu o pagamento afirmado pelo devedor;
- C) incumbe ao réu a prova da existência do contrato de mútuo afirmado por ele;
- D) incumbe ao réu a prova da quitação da obrigação afirmada pelo autor no contrato de mútuo.

#### QUESTÃO 39

A produção antecipada de provas será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- A) Os interessados poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, relacionada ao mesmo fato ou a outro deste decorrente, desde que a sua produção conjunta não acarrete excessiva demora.
- B) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- C) No procedimento de produção antecipada de provas admite-se defesa ou recurso contra decisão que indeferir total ou parcialmente a produção de prova pleiteada pelo requerente originário.
- D) O juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inocorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.

#### QUESTÃO 40

Agatha iniciou um processo em autos eletrônicos no qual propôs ação de obrigação de fazer em face de uma Autarquia Municipal. Houve a citação, apresentação de contestação, produção de provas e, por fim, a sentença foi julgada improcedente. Inconformada, decidiu interpor o recurso de apelação.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Agatha

- A) está dispensada de realizar o recolhimento do preparo e do porte de remessa e de retorno por se tratar de processo em autos eletrônicos.
- B) será intimada, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção se não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno.
- C) está dispensada de realizar o recolhimento do preparo e do porte de remessa e de retorno por se tratar de ação na qual figura como parte uma Autarquia Municipal.
- D) não será punida com a aplicação da pena de deserção se, na hipótese de dúvida quanto ao recolhimento, em razão de um equívoco no preenchimento da guia de custas, o relator a intimar para sanar o vício no prazo de 5 dias.

#### QUESTÃO 41

No que concerne à contestação, à reconvenção e à revelia, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
- B) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar, dentre outros, a falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar.
- C) Reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória será considerado preventivo.
- D) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção contra o autor para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, vedada a propositura de reconvenção pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

#### QUESTÃO 42

João, incapaz, devidamente representado por seu pai, sem interesses colidentes entre estes, após ser regularmente citado de forma pessoal, deixou transcorrer o prazo de resposta sem apresentar qualquer manifestação processual, bem como não constituiu procurador nos autos. O juiz decretou a revelia do réu e nomeou um curador especial. Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

- A) equivocada, uma vez que não havia necessidade de nomeação de um curador especial;
- B) correta, uma vez que os interesses das partes autora e ré são colidentes;
- C) correta, uma vez que o réu é revel e foi citado de forma pessoal;
- D) equivocada, pois a revelia só poderia ser decretada após a manifestação do curador especial.



#### QUESTÃO 43

A respeito dos Crimes contra a Administração da Justiça, previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- A) o crime de coação no curso do processo será qualificado se praticado em processo que envolva crime contra a dignidade sexual.
- B) a imputação de prática de contravenção penal que sabe ser inverídica não configura o crime de denúncia caluniosa, pois o tipo penal fala apenas em crime, ato improprio e infração ética-disciplinar.

- C) o crime de fraude processual será qualificado se a inovação tiver como objetivo produzir efeito em processo penal.
- D) o crime de exercício arbitrário das próprias razões é de ação penal privada, excetuando os casos em que há emprego de violência.

#### QUESTÃO 44

Em relação ao Código Penal, é correto o que se afirma em:

- A) diz-se que o crime é tentado quando, iniciada a execução, não se consuma quando voluntariamente o agente desiste de prosseguir ou impede o resultado;
- B) dolo é a consciência e a vontade de realização da conduta descrita em um tipo penal;
- C) pune-se a tentativa com a pena imposta ao crime consumado, sempre reduzida em 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços);
- D) o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal do crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, mesmo que não previsto em lei.

#### QUESTÃO 45

De acordo com o artigo 23 do Código Penal Brasileiro, qual das afirmativas abaixo não consta uma excludente de ilicitude?

- A) Estado de necessidade.
- B) Potencial consciência da ilicitude.
- C) Legítima defesa.
- D) Estrito cumprimento de dever legal.

#### QUESTÃO 46

No que diz respeito às excludentes de ilicitude e à imputabilidade, assinale a opção correta.

- A) Não responde por excesso doloso o agente que age em legítima defesa ou estrito cumprimento do dever legal.
- B) É isento de pena o agente que, por doença mental ao tempo da ação, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
- C) Descaracteriza a legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- D) O agente que tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade.

#### QUESTÃO 47

João caminhava pelo Parque XYZ, no Município Alfa, ocasião em que Caio, empregando uma arma de fogo, anunciou a prática do crime, exigindo a entrega do telefone celular da vítima. João, após entrar em luta corporal com Caio, desferiu-lhe um soco no rosto, causando-lhe imediato desmaio. Socorrido no hospital mais próximo, Caio recobrou prontamente a consciência, demonstrando perfeito estado de saúde.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que não há crime, uma vez que João atuou sob o manto do(a):

- A) exercício regular de um direito, excludente de culpabilidade;
- B) exercício regular de um direito, excludente de ilicitude;
- C) estado de necessidade, excludente de ilicitude;
- D) legítima defesa, excludente de ilicitude.

#### QUESTÃO 48

Francisco estava em uma festa, e foi agredido injustamente por outro convidado, o qual praticava artes marciais. Imediatamente, a fim de repelir as agressões, Francisco arremessou uma cadeira na cabeça de seu agressor, que desmaiou.

Na situação hipotética apresentada, a conduta de Francisco

- A) caracteriza estado de necessidade, causa excludente de culpabilidade.
- B) é atípica.
- C) configura legítima defesa, o que exclui a culpabilidade.
- D) configura legítima defesa, causa excludente de ilicitude.



#### QUESTÃO 49

Após desentendimentos por questões pessoais, Serena van der Woodsen inicia uma campanha de ofensas contra Blair Waldorf nas redes sociais, publicando diariamente palavras que atingem a dignidade e o decoro da ex-amiga. As ofensas não se referem a fatos específicos, mas a atributos pessoais depreciativos. Diante dessa conduta, assinale a alternativa correta quanto à natureza da infração e à sua persecução penal:

- A) Ainda que Blair não queira processar Serena, o Ministério Público poderá fazê-lo para garantir a proteção da honra da vítima.
- B) Trata-se de crime de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- C) Se Blair decidir não adotar nenhuma providência, Serena poderá continuar com as ofensas sem qualquer punição penal.
- D) Blair terá três meses para oferecer queixa-crime contra Serena após a última ofensa.

#### QUESTÃO 50

A respeito do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- A) A ordem de *habeas corpus* pode ser concedida de ofício pelo juiz ou pelo tribunal, seja em processo de competência originária ou recursal, desde que conhecidos a ação ou o recurso em que veiculado o pedido de cessação da coação.
- B) A decisão do *habeas corpus*, no Tribunal, será por maioria dos votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do presidente, se tiver participado da votação. Se o presidente não tiver tomado parte, proferirá o voto de desempate.
- C) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu próprio favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- D) No caso de petição de *habeas corpus*, não será concedida a ordem antes de prestadas as informações pela autoridade apontada como coautora.

#### QUESTÃO 51

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Mévio pela suposta prática do crime de furto, previsto no artigo 155 do Código Penal. O juiz, contudo, rejeitou a denúncia, ao argumento de que ausente justa causa. Diante dessa situação, o Ministério Público poderá interpor o recurso de:

- A) Embargos infringentes
- B) recurso em sentido estrito
- C) embargos de declaração
- D) apelação.

#### QUESTÃO 52

Rodrigo está sendo processado por ter sido acusado de ter praticado o crime de falso testemunho. No curso do processo, O Ministério Público argui, por escrito, a falsidade de determinado documento constante dos autos. Diante disso, o juízo determina a autuação em apartado da impugnação, observando, na sequência, todas as formalidades legais do incidente de falsidade e, ao final, reconhece a veracidade do documento apontado como falso. À luz do que dispõe o Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá, contra essa decisão, interpor

- A) mandado de segurança.
- B) recurso de apelação.
- C) recurso em sentido estrito.
- D) agravo de Instrumento.

#### QUESTÃO 53

Tendo em conta as seguintes situações hipotéticas, bem como as disposições referentes aos recursos e às ações de impugnação, assinale a alternativa correta.

- A) Tícia, se condenada definitivamente com base em documentos que posteriormente se comprovem falsos, poderá ingressar com revisão, desde que a pena não tenha sido extinta.
- B) Caio, representante do órgão de acusação, caso queira recorrer da decisão que reconheceu a prescrição, extinguindo a punibilidade do réu, deverá interpor recurso em sentido estrito.
- C) Tício, pronunciado por crime doloso contra a vida, caso queira recorrer, deverá interpor recurso de apelação.
- D) Mévio, tendo a homologação do acordo de não persecução penal recusada, poderá interpor recurso de apelação.

#### QUESTÃO 54

**1º cenário:** Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu amigo íntimo.

**2º cenário:** Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu credor.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz dar-se-á por:

- A) suspeito, no 1º cenário, mas, no 2º cenário, inexistente causa de impedimento ou de suspeição;
- B) suspeito, no 1º cenário, e por impedido, no 2º cenário;
- C) impedido, no 1º cenário, e por suspeito, no 2º cenário;
- D) suspeito, nos dois cenários.



#### QUESTÃO 55

Em relação ao acesso e suporte aos usuários do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas dependências do Poder Judiciário, qual das seguintes afirmativas está correta?

- A) Os órgãos do Poder Judiciário que utilizam o PJe deverão manter equipamentos para consulta aos autos digitais e envio de peças processuais, mas apenas para advogados.
- B) Os órgãos do Poder Judiciário devem providenciar auxílio técnico presencial às pessoas com deficiência ou que comprovem idade igual ou superior a 65 (sessenta) anos.
- C) Os órgãos do Poder Judiciário podem realizar convênios com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para compartilhar a disponibilização de espaços e auxílio técnico presencial.
- D) A digitalização e o envio de peças processuais e documentos em meio eletrônico devem ser feitos exclusivamente pelos próprios usuários, sem qualquer apoio técnico do Poder Judiciário.

#### QUESTÃO 56

A Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013, disciplina a contagem do prazo de 10 (dez) dias corridos referente à Lei no 11.419/2006 no Sistema PJe. Sobre o dia inicial e o dia da consumação da intimação ou comunicação, assinale a alternativa correta:

- A) O dia inicial da contagem é o dia da disponibilização do ato de comunicação no sistema, se esse dia for de expediente no órgão comunicante.
- B) O dia da consumação da intimação ou comunicação é o décimo dia a partir do dia inicial, independentemente de ser ou não dia de expediente judiciário.

- C) O dia inicial da contagem é o dia seguinte ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema, independentemente de esse dia ser, ou não, de expediente no órgão comunicante.
- D) A intercorrência de feriado entre o dia inicial e o dia final do prazo para conclusão da comunicação terá efeito sobre sua contagem, prorrogando-a.

#### **QUESTÃO 57**

Segundo a Lei no 11.419/2006, considera-se realizada a intimação eletrônica no dia:

- A) Em que for disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico.
- B) Da efetivação da consulta eletrônica ao teor da intimação.
- C) Em que o servidor do juízo certificar a publicação.
- D) Do protocolo do envio eletrônico.

#### **QUESTÃO 58**

O Art. 4o, § 5o da Lei no 11.419/2006 estabelece uma importante diretriz para a implementação do Diário da Justiça eletrônico. De acordo com este parágrafo, a criação do Diário da Justiça eletrônico deverá ser acompanhada de:

- A) Consulta pública por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, antes de sua implementação.
- B) Ampla divulgação, e o ato administrativo correspondente será publicado durante 30 (trinta) dias no diário oficial em uso.
- C) Publicação restrita aos órgãos do Poder Judiciário, para conhecimento interno apenas.
- D) Um período de testes obrigatório de 90 (noventa) dias, para correta implementação do sistema.

#### **QUESTÃO 59**

No que diz respeito às intimações por meio eletrônico, de acordo com a Lei no 11.419/2006, qual o prazo para que o intimando efetive a consulta eletrônica ao teor da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada?

- A) 5 (cinco) dias úteis.
- B) 10 (dez) dias corridos.
- C) 3 (três) dias contados da data do envio da intimação.
- D) O prazo varia conforme o tipo de processo (civil, penal ou trabalhista).

#### **QUESTÃO 60**

Sobre o envio de petições e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico, a Lei no 11.419/2006 estabelece que:

- A) Não é obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, desde que a assinatura seja digital.
- B) Serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário.
- C) Apenas advogados públicos podem enviar petições por meio eletrônico sem credenciamento.
- D) Os atos processuais por meio eletrônico são considerados realizados no dia útil seguinte ao do seu envio ao sistema.

A **Prova Discursiva** será realizada na mesma data e horário da prova objetiva e será composta de **1 (uma) questão de conhecimentos específicos** constante no Anexo III do Edital. Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, observando os critérios de correção estabelecidos no quadro abaixo:

Item	Critérios de Correção	Pontuação Máxima
1	<b>ESTRUTURA:</b> o conteúdo apresentado pelo candidato deve ser um texto predominantemente dissertativo-argumentativo, devendo constituir-se de um conjunto articulado de ideias relacionadas ao tema proposto.	3
2	<b>CONTEÚDO:</b> análise das ideias fundamentais do texto observando a fidelidade ao tema proposto; consistência e relevância argumentativa; progressão temática; e senso crítico do candidato.	5
3	<b>EXPRESSÃO:</b> adequação vocabular e emprego do registro culto da língua portuguesa; clareza na apresentação das ideias; coesão e coerência.	2

Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado, que estiver rasurado, ilegível ou incompreensível.

Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida.

**Será atribuída nota zero à Prova Discursiva:**

- a) que estiver em branco;
- b) cujo conteúdo for diverso do tema estabelecido;
- c) que fugir da tipologia, tema e proposta da Prova Discursiva;
- d) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do português;
- e) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato;
- g) que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

A ascensão da revolução digital não apenas remodelou, mas revolucionou o Direito. No entanto, as tecnologias atuais apresentam tanto oportunidades quanto desafios substanciais para os escritórios de advocacia e os departamentos jurídicos. Isso vale principalmente no que se refere à privacidade de dados e à ética jurídica.

A evolução tecnológica no âmbito jurídico é marcante e abrange uma ampla gama de inovações. Na verdade, os processos eletrônicos não só reduziram a dependência de documentos físicos, mas também redefiniram fundamentalmente a gestão dos trabalhos a serem realizados.

Por exemplo, a aplicação da inteligência artificial (IA) na análise de casos trouxe uma revolução na pesquisa jurídica, fornecendo insights profundos e acelerando a tomada de decisões.

Além disso, a automação de tarefas, que antes eram realizadas manualmente, impulsionou a eficiência operacional. Isso permitiu um gerenciamento de atividades bastante eficaz e a redução de prazos processuais. Os benefícios da digitalização são abundantes. Com todos eles, a eficiência operacional se tornou maior, possibilitando uma movimentação ágil dos processos.

A redução de custos é outra faceta significativa e ocorreu em grande parte com a diminuição da dependência de recursos físicos. Além disso, a digitalização expande o acesso à informação, estabelecendo uma base mais transparente e acessível para todos os envolvidos nos processos judiciais.

Disponível em <https://www.thomsonreuters.com.br/>. Acesso em 11 de agosto de 2025.

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES TRAZIDOS PELA DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS**

**Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.**

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30

RASCUNHO

PÓS-EDITAL



# SIMULADÃO

# TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO

PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO

**1.B****2.B****3.C****4.A****5.C****6.B****7.D****8.C****9.D****10.B****11.B****12.D****13.B****14.D****15.C****16.D****17.A****18.B****19.D****20.B****21.D****22.C****23.A****24.B****25.D****26.A****27.D****28.A****29.C****30.C****31.A****32.A****33.B****34.B****35.C****36.A****37.D****38.D****39.D****40.D****41.D****42.A****43.D****44.B****45.B****46.D****47.D****48.D****49.C****50.C****51.B****52.C****53.B****54.D****55.C****56.C****57.B****58.B****59.B****60.B**

**AULÃO PRESENCIAL NO RECIFE**

# **PROVA DE VESPERA**

**TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



**11 de  
abril**



**A partir  
das 8h**



**Auditório do Rio Mar Trade Center**  
Av. República do Líbano, 251 Pina, Recife/PE



**EstouPreparado.com.br**

